

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

| | |
|---|----------|
| VEÍCULO: O Globo | 2 |
| Título: A força do pré-sal..... | 2 |
| VEÍCULO: Folha de S. Paulo | 2 |
| Título: Polícia investiga repasses à família de Jucá | 2 |
| Título: Senador diz que é alvo de acusações eleitorais..... | 3 |
| VEÍCULO: O Estado de S. Paulo | 5 |
| Título: Furnas e sócios gastam R\$ 419 milhões em 16 eólicas que não saíram do papel..... | 5 |
| Título: Aneel não informou falhas de projetos eólicos a MPF e TCU | 6 |
| Título: Furnas prevê mais R\$ 300 mi em parques..... | 8 |
| VEÍCULO: Valor Econômico | 8 |
| Título: Eneva volta aos leilões e planeja investir em geração renovável..... | 8 |
| Título: Destaques | 10 |
| Título: Naturgy vai investir R\$ 1,7 bilhão em gás no Brasil até 2022 | 11 |
| Título: Vale vê mudança estrutural no mercado de minério | 13 |
| Título: Braskem planeja levar economia compartilhada ao setor de plásticos | 15 |

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: A força d opré-sal**

O Upstream, jornal norueguês que é um dos principais sobre exploração e produção de petróleo no mundo, publicou editorial contando que o processo de retomada da atividade no Brasil está se consolidando. Termina dizendo que “o Brasil voltou”. Amém.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 10/09/2018****Seção: Poder****Autor: José Marques****Título: Polícia investiga repasses à família de Jucá**

Há suspeitas de lavagem de dinheiro em transações com parentes ou empresas ligadas ao senador do MDB

Repasses feitos a parentes ou a empresas da família do senador Romero Jucá (MDB-RR) viraram alvo de investigação da Polícia Civil de Roraima, que apura suspeitas de lavagem de dinheiro nas transações, segundo documentos obtidos pela Folha.

As transferências foram consideradas atípicas pelo Coaf (órgão do Ministério da Fazenda que controla atividades financeiras) e informadas, a pedido, à polícia.

São investigados, de forma preliminar, a atual mulher de Jucá, Rosilene Brito, e dois filhos do senador com Germana de Holanda, sua primeira mulher, Rodrigo e Marina. O procedimento, aberto no início deste ano, corre em sigilo.

Ano passado, Rodrigo e Marina foram alvo de uma operação da Polícia Federal que investigava desvio de verbas públicas. Eles negam ter cometido irregularidades.

Na investigação da Polícia Civil, uma das transações relatadas como merecedora de “análise minuciosa” é um depósito de R\$ 572 mil na conta da Buritis

Comunicações Ltda., afiliada da Rede Bandeirantes no estado, que pertence a Rosilene e a Rodrigo Jucá.

A transferência foi feita pela Oliveira Energia, empresa de Manaus que arrematou a distribuidora da Eletrobras em Roraima em leilão de 30 de agosto, pelo valor simbólico de R\$ 50 mil.

No mesmo dia, Jucá divulgou uma nota pública negando ser sócio de qualquer firma do setor elétrico e listando benefícios da transação.

Além do repasse à Oliveira, a polícia também apura depósito de R\$ 151 mil da Fenixsoft Gestão de Softwares a Marina Jucá.

A empresa firmou três convênios nos últimos anos com a Prefeitura de Boa Vista, gerida por outra ex-mulher do senador, Teresa Surita (MDB).

O Coaf ainda levanta suspeitas sobre movimentações em espécie ou sem justificativas feitas tanto por Marina como pela Buritis Comunicações.

Em um trecho de perícia da Polícia Civil, é dito que o Coaf informou que “a sra. Marina de Holanda Menezes Jucá foi objeto de comunicação com o valor total de movimentação financeira de R\$ 4.192.615, em sua conta corrente no Banco Bradesco em Boa Vista, movimentação atípica, já que ela declarou renda mensal de apenas R\$ 30 mil”.

Há, ainda, duas comunicações do Coaf que apontam que Rosilene Brito comprou vestidos de luxo por meio de depósitos não identificados no ano passado, que custaram aproximadamente R\$ 65 mil. O Coaf diz que há “sérios indícios” de ocorrência de crime de lavagem de dinheiro.

Jucá era o líder do governo Michel Temer no Senado até o último dia 27, quando deixou o posto. Ele concorre à reeleição. Já a atual gestão de Roraima, que comanda a Polícia Civil, é governada por Suely Campos (PP), que faz oposição ao emedebista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/09/2018

Seção: Poder

Autor:

Título: Senador diz que é alvo de acusações eleitorais

OUTRO LADO

Procurado, o senador Romero Jucá disse por meio de nota que não tem empresa em seu nome, não é sócio em negócios e não interfere na administração das empresas de seus filhos.

Anota diz que ele recebeu a demanda da Folha com surpresa e afirma que a divulgação do material tem por objetivo “tentar atingir a imagem do senador que concorre à reeleição e sempre manteve uma postura de oposição crítica à governadora Suely Campos”.

Jucá diz que não foi procurado pela Polícia Civil para esclarecimentos e critica o que chama de “total falta de seriedade do comando” do órgão.

“O senador reafirma que não tem nenhuma relação com a **Oliveira energia**. Assim como outros parlamentares ele participou da Comissão de Constituição e Justiça que analisou a constitucionalidade da venda das subsidiárias de energia do país”, diz a nota.

“A operação em que a Oliveira arrematou a subsidiárias de Roraima foi feita em um leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo, comandado pelo BNDES, transmitido pelos veículos de comunicação e aberto para empresas nacionais e internacionais.”

A Buritys Comunicações afirma que mantém rigoroso controle financeiro com registros de notas fiscais e mapas de mídia de todos os seus clientes. Também diz que recebe pagamentos de anunciantes de todo o país. A Oliveira, afirma, manteve contrato de mídia até janeiro de 2017.

A análise dos documentos, informa, está à disposição dos órgãos de fiscalização.

A Folha procurou a Oliveira energia durante a manhã e a tarde da quinta (6). Ninguém atendeu aos telefonemas e o email de contato publicado no site da empresa não funcionava e retornou as mensagens.

O BNDES, que fez o leilão da distribuidora, disse que a vendeu por valor simbólico porque a dívida assumida pela empresa foi avaliada em R\$ 342 milhões menos do que o valor da companhia.

Marina Jucá diz que “os valores questionados se referem aos pagamentos que recebeu quando foi diretora comercial da Rede Triângulo Modas, uma antiga rede de varejo, pertencentes à Fenixsoft. Todos os valores recebidos foram declarados em seu imposto de renda”. Contatada, a Fenixsoft não se

manifestou. A Prefeitura de Boa Vista diz que não há relação que justifique a suspeita sobre a Fenixsof

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/09/2018

Seção: Economia

Autor: Marcelo Godoy

Título: Furnas e sócios gastam R\$ 419 milhões em 16 eólicas que não saíram do papel

Energia. Dinheiro não serviu para acender uma lâmpada sequer nos complexos no Ceará e no Rio Grande do Norte que a estatal planejava erguer com a J&F e o BMG; empresa alega que parte do prejuízo foi coberta pelo pagamento de apólices de seguro

O crescimento da energia eólica no País esconde o fracasso de uma série de empreendimentos de Furnas Centrais Elétricas SA. A subsidiária da Eletrobrás detinha 49% de três complexos com 16 centrais eólicas cujos investimentos previstos somavam R\$ 1,25 bilhão. Tudo devia estar funcionando até 2017. Ao todo, desde 2012, a estatal e seus sócios – a J&F e o Banco BMG – aportaram R\$ 337 milhões nas empresas, mas o dinheiro não acendeu uma lâmpada sequer.

No fim, os sócios foram obrigados a pagar mais R\$ 81,8 milhões de multas para desfazer os contratos de venda da energia que prometiam fornecer e, assim, não arcar com multas que chegariam a R\$ 240 milhões. E assim tiveram as outorgas das 16 centrais cassadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os dados são da própria estatal.

Furnas informou que o fracasso dos empreendimentos está ligado à falência da empresa argentina Impsa, que devia fornecer 300 turbinas eólicas no País por meio da Wind Power Energia (WPE) e deixou uma dívida de R\$ 3,2 bilhões, em 2014. A estatal informou que ela e seus sócios pagaram por aerogeradores que não foram entregues. Parte do pagamento foi feito pouco antes de a Impsa entrar com pedido de recuperação judicial, em 2014.

O Estado apurou que JBS e Furnas alegaram que quem devia ter verificado a saúde da empresa eram as seguradoras que emitiram apólices para a Impsa, além das garantias oferecidas pelo BNDES. Como a empresa argentina apresentou as apólices, o consórcio não viu razão para não fazer os pagamentos. Um desses pagamentos envolvia R\$ 170 milhões e foi alvo de uma disputa resolvida por meio de arbitragem na Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

Furnas e seus sócios foram à Justiça para receber o seguro pela não entrega dos aerogeradores. Receberam R\$ 112 milhões por meio de um acordo com a Zurich Seguros pelo complexo de Punau. E obtiveram outros R\$ 69 milhões pelo atraso das obras em Pau Brasil. Um terceiro processo corre na Justiça sobre o complexo de Baleia – a disputa envolve cerca de R\$ 120 milhões. Os R\$ 181 milhões em indenizações não cobrem o que foi aportado por Furnas e seus sócios nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) criadas para gerir empreendimentos.

É que, somando aportes e multas, colocaram R\$ 419,15 milhões nos complexos eólicos de Punau, Baleia e Pau Brasil – todos no Ceará e no Rio Grande do Norte. "A Aneel não reconheceu a quebra da Impsa como motivo de força maior", disse a advogada especialista no setor elétrico Laura Souza, do escritório Machado Meyer. E não prorrogou os prazos das obras. Se as empresas não tivessem participado do leilão de descontração de energia, a multa seria maior.

Sigilo. No caso de Pau Brasil, apesar dos sócios aportarem R\$ 97,34 milhões, relatório da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Aneel diz que, desde a insolvência da WPE, nenhuma alternativa de fornecimento de equipamentos foi apresentada, sendo que "as obras nem sequer foram iniciadas ou mesmo evidenciada a instalação de canteiro de obras". O fracasso frustrou a criação de empregos em Icapuí, no Ceará. "Estavam previstos 12 parques eólicos na cidade, mas só seis (da Vale) foram feitos", diz o secretário de desenvolvimento e Trabalho da cidade, Iran Félix. O BMG não se manifestou. A J&F informou que não pretende retomar os empreendimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/09/2018

Seção: Economia

Autor: Marcelo Godoy

Título: Aneel não informou falhas de projetos eólicos a MPF e TCU

Apesar de constatar falhas na construção de centrais eólicas que consumiram em parte dinheiro público, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não encaminhou cópias de seus relatórios para órgãos de fiscalização, como a Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU) ou Ministério Público Federal (MPF).

Segundo a agência, "não há registro de encaminhamento do processo" a nenhum daqueles órgãos. A razão disso é explicada pela própria agência: "A fiscalização realizada pela Aneel não diferencia o fato de empreendimentos

utilizarem, ou não, recursos públicos. Os agentes de geração, independentemente da origem dos recursos financeiros aplicados, são fiscalizados com o mesmo rigor, com as penalidades indicadas na Resolução n.º 63".

Ou seja: tudo foi tratado no âmbito administrativo, do cumprimento do contrato do Operador do Sistema Elétrico com as Sociedades de Propósito Específico montadas por Furnas com seus sócios. E tudo acabou arquivado por meio dos votos dos conselheiros da agência, conforme proposto pelo relator, o conselheiro Reive Barros dos Santos, em 12 de dezembro de 2017, que referendou despacho de Romeu Donizete Rufino, então presidente da agência.

Complexos. O complexo Pau Brasil é um desses casos. Com quatro usinas, devia entrar em funcionamento até 2017. As empresas solicitaram prorrogação desse prazo para 1.º de julho de 2018, o que foi indeferido pela Aneel. Para a Aneel, não havia "factibilidade na implantação" das eólicas. "Não houve obtenção de financiamento desde que as usinas foram outorgadas e não há evidências de que tal situação seja equacionada, bem como não foi demonstrado aporte de recursos próprios". Em função disso, o então superintendente de fiscalização dos serviços de geração da Aneel, Alessandro Cantarino, propôs em fevereiro de 2017 a abertura de processo contra as centrais – em outras duas decisões, fez o mesmo com os complexos de Punau (sete centrais) e Baleia (seis centrais).

O processo podia levar à revogação da outorga e a imposição de multas. Em março, Cantarino propôs a "revogação da outorga" e a punição das empresas. Um mês depois, o **Ministério das Minas e Energia** anunciou os leilões de desconstrução de energia, que permitiu às empresas se livrarem da punição. O Estado buscou o TCU, MPF e CGU, que informaram desconhecer as fiscalizações.

Balanço. Mesmo após a cassação das outorgas das eólicas, o balanço da Eletrobrás entregue à Securities and Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos, em abril (20F), diz ter ainda concessões dos complexos de Punau e Baleia. A informação está na página 213 e se choca com o que consta no demonstrativo financeiro de Furnas de 31 de dezembro, quando a empresa alertou o mercado que as outorgas haviam sido canceladas. A Eletrobrás disse que as informações à SEC, "por serem consolidadas, precisam observar a materialidade para fins de divulgação". "Alguns dados não materiais (com baixa representatividade diante do reporte consolidado) de controladas como Furnas podem ficar de fora". / MARCELO GODOY

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 10/09/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Furnas prevê mais R\$ 300 mi em parques**

Furnas quer voltar a investir nos parques eólicos cujas outorgas foram canceladas apesar das perdas registradas. Ao todo, os compromissos futuros declarados com os complexos de Punau e Baleia chegam a R\$ 303,1 milhões entre 2020 e 2022, de acordo com as demonstrações financeiras da estatal – a empresa confirmou a intenção ao Estado. Os dois complexos reuniam 13 centrais eólicas.

Furnas mantém 49% deles – 51 % é do FIP Milão, fundo de investimento da J&F. O problema é que a J&F informou que não pretende retomar os investimentos no setor, pois considera não fazer sentido pagar a multa para descontratar a energia, para depois ressuscitar o negócio. Assim, para retomar os empreendimentos por meio de adiantamento para futuro aumento de capital Furnas teria de comprar a parte da J&F ou arrumar novo sócio.

Outro empecilho aos planos de Furnas foi a decisão da Aneel, de 24 de julho, na qual a agência suspendeu por um ano o direito de a estatal contratar ou participar de licitações promovidas pela Aneel. Isso porque a estatal e seus sócios nos últimos dez anos deviam ter colocado em operação 56 usinas eólicas, mas cumpriram o cronograma de 23,2% do total – 30,4% desses empreendimentos já tiveram a outorga revogada e outros 37,5% estão em processo de cancelamento. Terá de pagar ainda multas de R\$ 9,2 milhões em razão do atraso em 11 empreendimentos. / M.G.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Eneva volta aos leilões e planeja investir em geração renovável**

Maior geradora termelétrica privada do país, a Eneva planeja investir no segmento de energias renováveis. A companhia inscreveu no último leilão de energia nova, há duas semanas, 230 megawatts (MW) de potência de projetos eólicos no Rio Grande do Norte, de um total de 900 MW que possui em carteira.

Porém, ela não fez lances para a fonte. Com relação à energia solar, a empresa estuda possibilidades de ampliar a usina atual que possui no Ceará, de 1 MW.

No leilão A-6, que negociou contratos de energia de novos empreendimentos com início de fornecimento seis anos a frente (2024), a companhia comercializou 326,4 MW médios da termelétrica Parnaíba V, de 386 MW de potência. A usina, na prática, vai produzir energia a partir do vapor obtido da geração de Parnaíba I, movida a gás natural.

Foi a primeira vitória do grupo em leilões desde 2011 e após um processo de recuperação judicial e reestruturação do controle acionário, que culminou com a saída do seu fundador, o empresário Eike Batista, em 2016, e de um "re-IPO" (nova oferta inicial de ações), em 2017. Além de Parnaíba V e das eólicas, a companhia também inscreveu no certame a térmica a gás de Azulão, no Amazonas, mas não fechou contratos para esses projetos.

"Com a reestruturação de balanço quase terminada, ainda falta uma fase final que devemos concluir ainda no fim deste ano, de otimização da estrutura de capital, a companhia passa a ter agora uma agenda e uma vertente de crescimento, com projetos do tipo Parnaíba V e Azulão, e oportunidades que há dentro [no setor] de ventos e outros segmentos que possam vir a surgir, como solar, um mercado promissor", afirmou o presidente da Eneva, Pedro Zinner, ao **Valor**. "A cara da companhia mudou".

Com receita líquida anual de R\$ 2,7 bilhões e Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) anual de R\$ 1,3 bilhão, a Eneva tem hoje valor de mercado de R\$ 4,1 bilhões e um "enterprise value" (valor de mercado mais dívida líquida) de R\$ 8,5 bilhões. O parque gerador da empresa é de 2,2 gigawatts (GW), formado por termelétricas a gás natural (1,427 GW) e carvão (725 MW) e uma usina solar de 1 MW. Com Parnaíba V, a capacidade da geradora alcançará 2,5 GW até 2024. A expectativa da Eneva, porém, é antecipar o início de operação da térmica para o começo de 2022.

Questionado sobre a possibilidade de aquisições de ativos tanto nos setores de energia quanto de óleo e gás, Zinner disse que é "dever de ofício" da companhia estar sempre atenta a oportunidades no mercado. "Faz parte avaliar [aquisição de] projetos considerando o portfólio da companhia e a estratégia de crescimento. Se fizer sentido, vamos olhar. Considerando a restrição que temos de balanço e o tamanho da companhia, temos que ter uma gestão prudente", completou o presidente da Eneva, que está na companhia há quase cinco anos, quando ingressou como presidente da Parnaíba Gás Natural (PGN), integrada à Eneva em 2016.

Com relação à Parnaíba V, a Eneva pretende fechar nos próximos seis a oito meses o modelo de financiamento do projeto, que possui investimentos estimados em R\$ 1,2 bilhão.

"O objetivo é ter um financiamento de longo prazo mais condizente com o prazo de execução do próprio projeto. Iremos a mercado. Não tem nada formalmente desenhado ainda", explicou o executivo. Segundo Zinner, a companhia vai avaliar diferentes alternativas de financiamento, desde as tradicionais, como o BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), até entidades multilaterais.

Com o financiamento para a nova térmica, a expectativa é que o nível de endividamento da Eneva, que fechou o primeiro semestre em 2,9 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda, aumente. O executivo, porém, prevê que o indicador fique entre 3 e 4 vezes.

"A companhia tem um nível de geração de caixa mínimo em torno de R\$ 950 milhões [por ano], o que dá conforto porque a dívida da companhia vem sendo reduzida significativamente nos últimos anos", disse o presidente.

Sobre o projeto de Azulão, que envolve o desenvolvimento do campo de mesmo nome adquirido da Petrobras em 2017 e a construção de uma termelétrica de 150 MW, a Eneva prevê que sejam necessários investimentos de aproximadamente R\$ 700 milhões. O projeto, no entanto, ainda depende de uma vitória em algum leilão de energia nova.

"Em um leilão com uma demanda maior e contra projetos a gás, ele [Azulão] é um projeto muito competitivo. Acreditamos que vai ter o momento dele. E estamos nos preparando", afirmou o diretor de Operações da Eneva, Lino Cançado.

Com relação à área de exploração e produção, a companhia planeja investir entre R\$ 75 milhões e R\$ 100 milhões por ano na campanha exploratória das áreas adquiridas nas 13ª e 14ª Rodadas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A empresa prevê perfurar os primeiros poços nos blocos da 13ª Rodada em 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Venda da PetroÁfrica

O fechamento da venda da participação de 50% da Petrobras na PetroÁfrica, empresa que detém ativos de exploração e produção na Nigéria, ainda depende de aprovações nas instâncias superiores da estatal, afirmou ontem uma fonte com conhecimento do assunto. Questionada sobre a possibilidade de conclusão do negócio este mês, a fonte afirmou que "é possível, mas precisa de aprovações ainda". Ela, no entanto, não comentou o nome do potencial comprador. Em nota publicada na edição de ontem do jornal "O Globo", o colunista Lauro Jardim informou que a Petrobras e o BTG Pactual, dono dos 50% restantes, devem assinar este mês a venda da PetroÁfrica para a holandesa Vitol, pelo valor total de US\$ 2,6 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Naturgy vai investir R\$ 1,7 bilhão em gás no Brasil até 2022

O grupo espanhol Naturgy, ex-Gas Natural Fenosa, tem uma visão otimista do Brasil, apesar das recentes dificuldades econômicas e políticas. Presente no país há 20 anos, o grupo vê o mercado brasileiro como prioritário. "Temos uma visão de longo prazo, de permanência, para o mercado brasileiro", disse Francisco Reynés, presidente-executivo da Naturgy. Reynés, que assumiu o cargo em fevereiro, afirmou que o plano estratégico da companhia prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão até 2022 para desenvolver nova rede de distribuição de gás via CEG e CEG Rio, que operam no Rio de Janeiro e no interior do Estado, e por meio da Gas Natural Fenosa em São Paulo.

"É uma demonstração da aposta [do grupo] no país", disse Reynés, que esteve no Rio, na semana passada. No total, a Naturgy tem hoje 1,1 milhão de clientes no Brasil em distribuição de gás e a expectativa é captar 250 mil novos clientes até 2022 nas três distribuidoras (CEG, CEG Rio e Gas Natural Fenosa SPS). O grupo acredita que vai consolidar, assim, o crescimento registrado nos últimos anos e aumentar a quantidade de clientes em municípios do interior. Mas além da operação de distribuição de gás, a Naturgy entrou, via subsidiária Global Power Generation (GPG), no negócio de energia renovável. Desenvolveu seu primeiro projeto de energia solar em 2016, com duas operações no Piauí, e implanta outras duas unidades solares fotovoltaicas em Minas Gerais.

Reynés disse que o investimento de R\$ 1,7 bilhão considera os negócios hoje existentes, e afirmou que o número poderá ser maior caso surjam

oportunidades. Afirmou que o grupo tem a "obrigação" de analisar qualquer possível projeto que surja, como privatizações de empresas de distribuição de gás nos Estados. "Se surgirem projetos de privatização [de distribuidoras nos Estados], vamos estudá-los com vontade", disse Reynés. Ele também indicou que o grupo tem interesse na renovação das concessões das distribuidoras CEG e CEG Rio, cuja privatização ocorreu em 1997 e têm prazo de 30 anos, até 2027. No momento, não há negociação avançada sobre a renovação com o poder concedente, que é o Estado do Rio, mas o tema está em análise, segundo a Naturgy. Em 2018, serão investidos R\$ 430 milhões nas atuais atividades de gás do grupo no país.

Na área de energia renovável, o grupo também olha para outras oportunidades, que podem ocorrer via novos leilões. A prioridade agora, porém, é construir as duas unidades solares fotovoltaicas em Minas Gerais, disse Reynés. Os projetos são Guimaranã I e Guimaranã II, que vão gerar a cada ano, segundo a empresa, 165 GWh a partir do último trimestre de 2018. Em 2017, via GPG, o grupo já havia iniciado a operação das usinas Sobral I e Sertão I, no Piauí, capazes de gerar 154 GWh por ano.

Segundo Reynés, a aposta na área de energia renovável é uma tendência. "O plano estratégico do grupo multiplica por três a capacidade instalada em renováveis entre 2018 e 2022. Essa é a nossa aposta", afirmou. No total, a GPG é dona de uma capacidade de geração de mais de 3,4 mil megawatts (MW) nos nove países onde opera: Porto Rico, Costa Rica, Panamá, República Dominicana, Uganda, Chile, México, Brasil e Austrália. O executivo disse que a vantagem, para o Naturgy, de ter entrado mais tarde neste segmento está no fato de que o grupo poderá utilizar a última tecnologia disponível, embora tenha que buscar aumentar sua participação de mercado.

Reynés disse que, independentemente de quem ganhe as eleições presidenciais deste ano no Brasil, o importante, do ponto de vista de um investidor estrangeiro como o Naturgy, é que haja estabilidade de regras e que se garantam marcos jurídicos e regulação o mais "estáveis" possíveis. Disse ainda que se o país quiser assegurar investimento tem que proporcionar "ferramentas atrativas" em um cenário em que os países concorrem por capitais. "Se financiar hoje em reais [no Brasil], em prazo de dez anos, é praticamente impossível", afirmou. Ele disse que o financiamento no Brasil segue muito concentrado no curto prazo quando se olha a necessidade dos grandes projetos de infraestrutura, que requerem prazos mais longos. "É preciso buscar uma solução para que o financiamento [em reais] se adeque, em termos de prazos, ao [ciclo] dos investimentos."

O executivo considera ainda que o Brasil precisa "cativar" o investidor estrangeiro uma vez que, na América Latina, vive-se um momento de incerteza

e instabilidade. Nesse cenário, no seu entendimento, os prêmios de risco precisam ser compensados com taxas de rentabilidade adequadas. "Caso contrário, os investidores preferem ir para outros lugares", afirmou. Em termos globais, o grupo, que opera nos setores de gás e eletricidade, tem 22 milhões de clientes e presença em mais de 30 países. Em 2017, o grupo obteve uma receita de negócios de € 23,3 bilhões e um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de € 3,9 bilhões. A contribuição da operação brasileira para o Ebitda consolidado do grupo foi de 7% no ano passado.

A adoção da marca Naturgy, a partir de julho, explicou o presidente, tenta captar a sinergia existente entre ambiente e energia. O novo nome deve ser adotado somente em dezembro no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale vê mudança estrutural no mercado de minério

Apesar da relativa estabilidade nos preços do minério de ferro este ano, a Vale - maior produtor mundial deste insumo siderúrgico - entende que o mercado global do produto está passando por uma transformação. Para a mineradora brasileira, a cotação do minério de ferro não é definida apenas pelo custo de produção, mas cada vez mais por prêmios e descontos praticados em relação ao preço de referência do mercado.

Esses descontos são determinados pelos chamados "contaminantes" do minério de ferro, como a alumina, a sílica e o fósforo, que pioram a qualidade do aço nos altos fornos das siderúrgicas. Esses elementos, além do teor de ferro propriamente dito, jogam na atualidade um papel fundamental na definição dos preços de mercado do minério. Os bancos trabalham com uma projeção média na casa dos US\$ 65 por tonelada para este ano para o minério com 62% de teor de ferro vendido no mercado à vista da China, o principal consumidor mundial da commodity.

A Vale vem conseguindo receber prêmios crescentes em relação ao preço de referência como resultado de uma política de produção que privilegiou margens ao invés de volumes, com cortes de produção em minas mais pobres, e também com a entrada de novas minas mais ricas em teor de ferro, em Carajás, no Pará. Como resultado dessa estratégia, o prêmio médio realizado pela Vale em 2018 deve situar-se entre US\$ 7 e US\$ 7,5 por tonelada, o dobro em relação a 2017. Essa política vai gerar até US\$ 3 bilhões em 2018, segundo dados da companhia.

No mercado, existem perspectivas otimistas para os prêmios do minério de ferro, mas a dúvida é saber qual será o nível desses prêmios no futuro.

Na véspera do feriado de 7 de setembro, a Vale levou representantes de 45 investidores brasileiros e estrangeiros para Belo Horizonte, para uma visita ao Centro Tecnológico de Ferrosos (CTF) da companhia e ao Centro de Operações Integradas (COI), responsável pela gestão da cadeia logística da mineradora. A cadeia logística da Vale inclui sistemas compostos por minas, ferrovias e portos, unidades pelotizadoras, além, do centro de distribuição na Malásia e 16 portos na China. O portfólio de produtos é variado, o que leva a Vale, inclusive, a refutar a ideia de que o minério de ferro é uma commodity.

"O minério de ferro deixou de ser commodity", afirmaram executivos da mineradora na visita dos investidores a Belo Horizonte. No encontro, alguns dos principais diretores da companhia apresentaram a visão da Vale sobre a mudança estrutural pela qual passa o mercado global de minério. Em comentário aos clientes, o Credit Suisse expôs a transformação. "A administração [da Vale] enfatizou mudanças fundamentais no mercado de minério de ferro, que estão elevando os prêmios de qualidade [do minério] a níveis inesperados".

O banco afirmou que os prêmios para finos de minério de ferro, o principal produto da Vale, estão em níveis "saudáveis" e continuam subindo. Antes mesmo da viagem dos investidores, a corretoria Itaú BBA havia divulgado um relatório afirmando que a Vale é a maior beneficiada, entre as grandes mineradoras mundiais, pela alta dos prêmios pagos por qualidade no minério de ferro. A corretora disse que o Brazilian Blend Fines (BRBF), da Vale, com 62% de teor de ferro, se beneficia pelo seu baixo conteúdo de alumina. No fim de agosto, o "Metal Bulletin" lançou novo indicador de preços para o minério com 62% de teor de ferro e baixo índice de alumina. No entendimento da Vale, esse novo índice capta melhor o valor "intrínseco" do BRBF, que já é vendido em mais de dez países na Ásia.

A discussão sobre prêmios e descontos no mercado de minério de ferro se relaciona com a situação econômica das siderúrgicas e com os controles de poluição na China. Quanto maiores forem as margens das siderúrgicas, maiores são os prêmios pagos. As restrições ambientais impostas pela China, sobretudo no inverno, exigem que as usinas de produção de aço aumentem a eficiência dos altos fornos, o que melhora as perspectivas de demanda para o minério de alta qualidade. Esse tipo de minério contribui para reduzir as emissões de gases na atmosfera. O minério mais rico também reduz o uso de coque nos altos fornos, insumo cujos preços superam os US\$ 300 por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes | De São Paulo****Título: Braskem planeja levar economia compartilhada ao setor de plásticos**

Maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, a Braskem se uniu à startup brasileira Peerdustry, para desenvolver uma plataforma de economia compartilhada dedicada ao setor de plásticos. A ideia é que transformadores e outros participantes da cadeia do plástico possam se beneficiar do uso comum de máquinas e equipamentos e reduzir o índice de ociosidade no setor, que exhibe taxas elevadas desde a crise econômica.

Num primeiro momento, a ideia é que demanda e essas capacidades se encontrem, mas outros serviços podem ser desenvolvidos. Embora os ativos mais relevantes sejam máquinas e equipamentos, já se admite que mão de obra pode ser também objeto de compartilhamento.

Na avaliação do diretor de Marketing e gestão de desempenho da unidade de polímeros da Braskem, Fábio Santos, a economia compartilhada, que tem entre seus expoentes Uber e Airbnb, é também tendência para a indústria. "Qualquer iniciativa que fortaleça a atividade [da cadeia do plástico], como o uso compartilhado dos ativos, é benéfica para a Braskem", diz o executivo.

A ideia de aplicar esse modelo ao setor nasceu dentro da petroquímica e a levou à Peerdustry, que há cerca de três anos desenvolveu plataforma de uso compartilhado de máquinas para a indústria metal-mecânica, especialmente para usinagem. Hoje, no total, são 2,2 mil equipamentos cadastrados.

De acordo com fundador da startup, Bruno Gellert, no modelo desenvolvido para o setor metal-mecânico, a Peerdustry entendeu que teria de ir além da simples locação de equipamentos e apostou na chamada fabricação na nuvem. Desde a escolha do equipamento até a fabricação do produto, que será entregue ao cliente, é gerenciada e executada via plataforma. "Cada vez mais a produção é distribuída em pequenas empresas altamente flexíveis", afirma.

Para o setor de plásticos, contudo, ainda não há definição do modelo que será adotado. Com o lançamento da parceria neste momento, o plano prevê um ano de trabalho inicial, do qual seis meses dedicados a avaliação e discussões e mais seis meses para a implementação de protótipos. Ao fim do período, a parceria terá testado diferentes propostas e a melhor vai ao ar, disponibilizada pela Peerdustry.

Segundo Santos, da Braskem, há conversas sobre possíveis modelos e a petroquímica vai aportar na parceria o conhecimento que tem do setor de plásticos e sua rede de conexões. A próxima etapa é ir a mercado e conversar com as empresas de terceira geração petroquímica para iniciar a construção da plataforma. "A ideia é unir a agilidade da startup com o conhecimento de mercado e acesso", diz.

Com oito funcionários, a Peerdustry tem sede em São Paulo e desenvolveu uma plataforma inédita. No mundo, no setor de metal-mecânica, se tem notícia de apenas mais uma startup, com a mesma idade, que atua também em usinagem, e uma iniciativa do governo chinês para administrar de forma mais eficiente seus ativos.

MME / ASCOM .